

# EDUCAÇÃO INFANTIL: CRESCENDO E APARECENDO\*

Maria Malta Campos  
e  
Lenira Haddad



Para quem viveu o dentro e o fora da revista durante muitos anos, como é o caso de uma das autoras deste artigo, revisitar os textos publicados talvez tenha um sentido bastante especial: recordações sobre a história não escrita de cada número e de cada trabalho retornam devagar, vão se avolumando e impregnando a leitura atual dos artigos, confundindo-se com seu conteúdo. O diálogo entre as autoras deste ensaio foi assim fundamental, no sentido de explicitar um olhar mais crítico sobre as matérias, interrogar os lugares e as ausências dos vários temas e buscar uma análise mais isenta.

Por outro lado, este envolvimento torna-se um dado importante a ser avaliado, na medida em que a ligação pessoal de uma das editoras da revista com o tema da educação da criança pequena certamente desempenhou um papel no acesso que pesquisadores da área tiveram a esta publicação. Assim, da mesma forma que para outros temas, a existência de um grupo de pesquisas da própria instituição explica tanto a produção interna que é divulgada na revista, como, até certo ponto, a produção de fora que nela encontra

espaço. Isto pode ocorrer de maneira indireta, sensibilizando autores que trabalham sobre temas próximos a publicar nos *Cadernos*, mas também diretamente, no caso de matérias recolhidas ou encomendadas para números especiais.

Esta história acompanha, assim, o desenvolvimento deste trabalho, constituindo um olhar e uma leitura que também é parte de muitos dos textos examinados.

## A TEMÁTICA

Definir um recorte no universo das matérias publicadas ao longo de 20 anos não é fácil. As fronteiras temáticas modificam-se no tempo e os critérios de hoje às vezes são ingratos em relação às orientações teóricas adotadas pelas pesquisas de ontem.

Assim, os critérios definidos antes da seleção e classificação das matérias foram sendo revistos à medida que a análise foi sendo feita, com trabalhos en-

\* Preparado especialmente para o número comemorativo, este texto tem como referência básica os artigos publicados ao longo dos 20 anos dos *Cadernos de Pesquisa*, tendo sido elaborado no contexto do Projeto Serviço de Documentação sobre Creches, que recebe apoio financeiro da Fundação Ford.

trando e saindo de nossa amostra todo o tempo. À primeira vista, os temas creche e pré-escola possuem uma forte ênfase institucional, ou seja, o assunto é constituído a partir do tipo de atendimento. No entanto, quando examinamos os conteúdos dos trabalhos publicados na década de 70, verificamos que o foco era a criança em idade pré-escolar e não a creche ou a pré-escola: essa característica nos instigou a discutir as diferenças entre os textos produzidos em momentos diversos e a indagar a respeito não só das presenças mas também das ausências temáticas no desenvolvimento de trabalhos que analisaram problemas afins.

O resultado dessas idas e vindas na busca de um recorte criterioso foi uma linha fronteira algo oscilante e pouco precisa: zonas cinzentas interpõem-se entre os trabalhos sobre educação infantil e temas como a desnutrição, a criança, desigualdades de classe, de gênero e de raça, concepções sobre alfabetização e o debate entre piagetianos que ocupou vários números da revista, nos anos 80. Nossa opção foi no sentido de restringir a definição temática, analisando os artigos que trabalham especificamente sobre a faixa etária e suas diversas formas de atendimento, sem ignorar as interferências e conexões com áreas afins, sempre que identificadas.

Chegamos, dessa forma, a delimitar uma área temática composta por textos que tratam dos seguintes conteúdos:

**Pré-escola:** incluímos aí, além das matérias que discutem diretamente a pré-escola, pesquisas sobre pré-escolares que exploram aspectos diretamente a ela ligados, como desenvolvimento cognitivo de crianças em idade pré-escolar;

**Creche:** refere-se a textos que trabalham diretamente com o tema;

**Pré-escola e Creche:** inclui trabalhos que discutem as duas modalidades de atendimento;

**"Indiretos":** chamamos assim um conjunto de textos que analisam temas indiretamente relacionados com os dois primeiros, mencionando explicitamente dados sobre crianças na faixa de idade de 0 a 6 anos e 11 meses ou sobre os dois tipos de atendimento. Não estão aí incluídos os artigos que, embora trabalhem com temas relevantes para a faixa etária, como teorias de desenvolvimento infantil e alfabetização, por exemplo, não mencionam explicitamente a creche e a pré-escola, nem contêm dados sobre crianças nessa faixa etária.

O resultado quantitativo desta seleção pode ser visualizado no Gráfico 1, que agrupa as matérias por duplas de anos, ficando isolado o último ano considerado (1991). Deste gráfico não consta a última categoria, que agrupa os trabalhos "indiretos".

Embora o número total de artigos não seja muito grande, é interessante o fato de que o segundo número da revista, editado em 1971, seja inteiramente ocupado por pesquisa de Ana Maria Poppovic, relativamente pouco citada, que investigou a alfabetização

em crianças de 6 anos de idade que freqüentavam uma pré-escola pública.

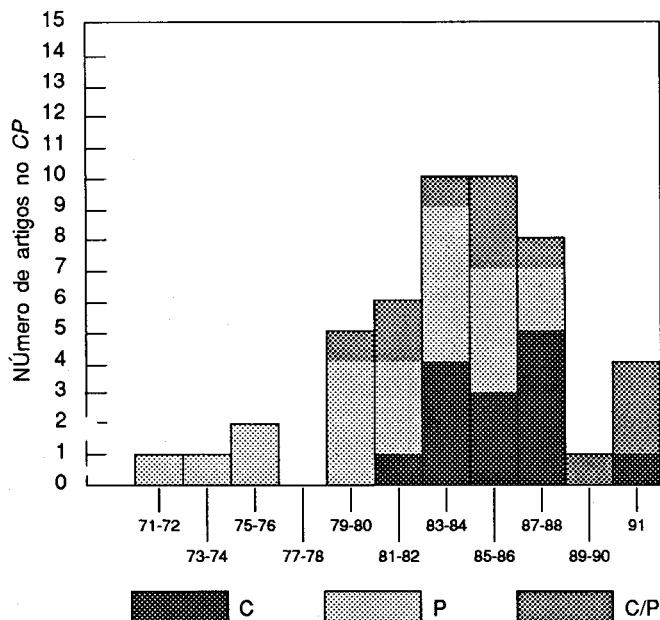
A produção sobre pré-escola antecede em alguns anos, pois, aquela que começa a tratar do tema da creche. Percebe-se, nos meados da década de 80, uma maior concentração de trabalhos a respeito dos dois temas, que vai decrescer nos últimos anos considerados. Somente nos anos de 1987 e 1988, o número de trabalhos exclusivamente sobre creche ultrapassa os demais.

O segundo gráfico inclui os artigos que chamamos de indiretos e mostra a variação do número total de matérias, ano a ano. Destaca-se, nessa série, o ano de 1984, quando o total de matérias, direta e indiretamente relacionadas ao tema, foi maior.

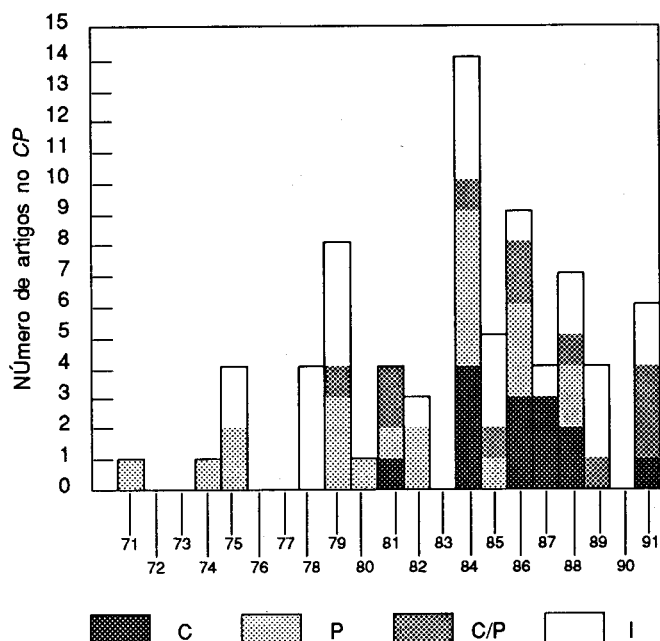
Na tentativa de delimitar as fronteiras entre os artigos que seriam considerados para esta análise e outros que, embora trabalhando com temas fundamentais para a educação infantil, não a mencionam explicitamente e/ou não a incluem em sua argumentação, fomos desenvolvendo um espanto crescente com as formas pelas quais as pesquisas e os textos constroem seus temas e territórios, definindo cortes que muitas vezes desconsideram totalmente a própria natureza das preocupações que supostamente motivam seus autores. A educação que as crianças recebem antes de iniciar o curso primário só é discutida, em muitos artigos, naqueles aspectos que se referem à qualidade do ambiente familiar e, quase nunca, à qualidade das creches ou pré-escolas que parte delas freqüentaram. É no mínimo curioso que o instigante debate entre piagetianos, que se estendeu por vários números da revista, não tenha estabelecido nenhum tipo de diálogo com o outro tipo de produção, que também estava sendo divulgada nos *Cadernos*, sobre educação pré-escolar. Esse dado é tanto mais espantoso quando verificamos que, como seria de se esperar, a discussão sobre a teoria da privação cultural, na qual se baseiam as propostas de educação pré-escolar compensatória que surgem nas décadas de 60 e 70, constitui elemento central na polêmica entre os adeptos da teoria do déficit, de um lado, e aqueles que defendem a tese dos padrões de desenvolvimento diversos, de outro.

O mesmo poderia ser dito a respeito dos trabalhos sobre alfabetização. Apesar da crescente influência que as pesquisas de Emilia Ferreiro tiveram sobre essa produção, o processo de alfabetização é discutido, na maioria das vezes, como se só ocorresse a partir da 1ª série. Ora, tudo, na chamada concepção construtivista, aponta para um processo de desenvolvimento e maturação que se inicia, na criança, muito antes dos 7 anos, quando a escola brasileira prevê o início do período de ensino obrigatório. No entanto, até mesmo autoras como Sonia Kramer e Miriam Abramovay hesitam em assumir claramente esta posição em seu artigo "Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade" (CP52, 1985), como se o contraponto da exclusão da pré-escola da discussão sobre alfabetização fosse a exclusão da alfabetização da educação pré-escolar. Uma das poucas exceções

**GRÁFICO 1**  
ARTIGOS SOBRE CRECHE E PRÉ-ESCOLA  
NO PERÍODO 1971 A 1991



**GRÁFICO 2**  
ARTIGOS SOBRE CRECHE E PRÉ-ESCOLA  
INCLUINDO OS INDIRETOS, 1971 A 1991



é a pesquisa de Ana Maria Poppovic (CP2, 1971), já citada, que, curiosamente, não é comentada por estas autoras.

Nesse sentido, os artigos produzidos fora do país, traduzidos pelos *Cadernos*, parecem organizar-se de forma mais livre frente a estas questões. As pesquisas realizadas na Argentina e no Chile, que procuram avaliar os efeitos da frequência a pré-escolas no desempenho de alunos de 1ª série, levam em conta não só as características das pré-escolas freqüentadas como também o tipo de avaliação utilizado pela escola primária, adotando um enfoque mais integrado para esse período de aprendizado das crianças (Pozner, CP42, 1982 e Filp, CP49, 1984).

Porém, ao leitor de hoje, o trabalho mais surpreendente é um dos últimos textos da UNESCO traduzido para a seção "Planejamento Educacional", de Alastair Heron (CP38, 1981) que, com rara perspicácia, integra os aspectos de cuidado e educação da criança pequena à discussão mais ampla sobre desenvolvimento social, baseando-se em resultados de pesquisas nos campos do desenvolvimento infantil, das políticas sociais e das transformações na organização da família e no papel da mulher. Que este artigo tenha sido tão pouco citado, é difícil explicar. Talvez seja esse o motivo de ele nos parecer, agora, tão atual.

## PONTOS DE PARTIDA

O tema da criança menor de 7 anos surgiu, nos *Cadernos de Pesquisa*, intimamente relacionado aos interesses de um dos grupos de pesquisa que atuavam na instituição, no início dos anos 70, liderado pela psi-

cóloga Ana Maria Poppovic. A preocupação com o desenvolvimento cognitivo infantil estava, na produção desse grupo, estreitamente ligada ao tema da alfabetização, procurando identificar os fatores que estariam interferindo nos problemas apresentados pelas crianças no início de sua escolarização.

É interessante perceber que, na primeira pesquisa considerada, publicada em 1971, a ênfase estava colocada nas pré-condições individuais das crianças, enquanto nos trabalhos posteriores o foco vai se deslocando para fatores sociais e culturais que estariam condicionando esse desenvolvimento individual, quando se manifesta mais fortemente a influência de autores como Hunt, Bloom, Deutsch e Bruner, alguns dos quais já haviam sido citados no primeiro artigo.

Durante a década de 70, a maioria dos trabalhos incluídos em nossa amostra são de autoras ligadas ao grupo coordenado por Ana Maria Poppovic ou de outras que sofreram sua influência, realizando pesquisas bastante semelhantes com outras populações, como é o caso de Elvidina Macedo e Jovelina Dantas (CP29, 1979)<sup>1</sup>.

A proposta de intervenção precoce, através da pré-escola, emerge da evidência do fracasso escolar de um determinado contingente da população infantil:

<sup>1</sup> Em 1973, Maria Helena Souza Patto havia publicado o livro *Privação cultural e educação pré-primária*, objeto de auto-crítica da autora anos depois, conforme atesta depoimento realizado na I Conferência Brasileira de Educação e publicado na revista (Campos et al., CP 39, 1981, p.40). O livro não consta da bibliografia do artigo de Poppovic et al. (CP 14, 1975). Maria Helena Souza Patto trabalhou como pesquisadora da Fundação Carlos Chagas entre 1984 e 1989.

aqueles crianças consideradas "culturalmente marginalizadas", que não desenvolveram as habilidades e competências necessárias para a realização das tarefas propostas pela escola. O "currículo oculto" é citado como um forte elemento que diferencia a criança culturalmente marginalizada da criança de classe média. Um programa de intervenção deveria considerar essa defasagem cultural, minimizando os obstáculos ao processo de aprendizagem das crianças pobres. Nesse bloco situa-se a pesquisa realizada por essa equipe que, a partir de extensivo estudo que identifica as fragilidades e áreas problemáticas das crianças e famílias, se propõe a organizar um currículo de intervenção<sup>2</sup>.

Para isso a pesquisa visa elaborar instrumentos que possam atingir não só os componentes do "currículo oculto" — operações, conceitos, habilidades e conhecimentos, considerados indispensáveis à criança antes de sua entrada na escola — como também as atitudes e comportamentos capazes de alterar a capacidade de aprendizagem das crianças, uma vez que a formação de um autoconceito positivo é considerada tão importante quanto o desenvolvimento de aprendizagens específicas (Poppovic et al., CP14, 1975, p.35).

As autoras partem de dois pressupostos teóricos para sua proposta de intervenção, que parecem fundamentar e perpassar o movimento em defesa de programas de educação compensatória:

— as influências ambientais exercem papel relevante e determinante no desenvolvimento intelectual do indivíduo;

— os primeiros anos de vida constituem-se na etapa mais importante desse desenvolvimento.

A partir desses fundamentos é que a defesa da pré-escola entra em cena, como uma "necessidade de proporcionar a toda criança culturalmente carente uma assistência sistemática, e o mais precoce possível, na época anterior a sua escolarização" (Poppovic et al., CP14, 1975, p.36).

Paradoxalmente, a mesma pesquisa que adota como objetivo a formulação de um currículo pré-escolar desconsidera a influência da pré-escola freqüentada pelas crianças da amostra nos resultados obtidos através dos testes aplicados. Fatores como o número de anos de pré-escola que cada criança já havia cursado, a orientação curricular adotada, a qualificação das professoras, não são incluídos na pesquisa. Esse fato ilustra bem a característica já apontada, de que esses primeiros trabalhos estavam mais preocupados com as crianças dessa faixa de idade, do que com a instituição pré-escolar propriamente dita.

Enfatizando a importância do ambiente sobre o desenvolvimento verbal da criança — indispensável à compreensão das disciplinas escolares — Bonamigo e Bristoti (CP24, 1978) propõem que não só a escola, mas a família e a comunidade organizem atividades sistemáticas para estimular a interação verbal. Ao defender insistentemente o treinamento e o envolvimento de mães na educação de seus filhos, e a aplicação

de programas de treinamento antes do início do primeiro ano escolar, observa-se novamente uma atenção voltada menos ao atendimento pré-escolar e mais às condições de ingresso de crianças pobres ao 1º Grau.

A defesa da pré-escola vai se delinear, com mais clareza, em momento posterior, quando novas preocupações são incorporadas à produção divulgada pela revista, como se verá a seguir.

Um dos enfoques que acompanha o surgimento do tema da creche encontra-se próximo à concepção da privação cultural. A privação materna e as teorias do apego fundamentam os primeiros trabalhos de Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, como o que foi publicado no número especial "Desnutrição, pobreza e desenvolvimento", organizado pela mesma autora, e um artigo posterior, que realiza ampla revisão bibliográfica sobre esse tema (CP29, 1979 e CP48, 1984).

Aqui os fundamentos teóricos ora se sobrepõem, ora se complementam. A importância atribuída aos primeiros anos de vida e às influências ambientais permanecem como pressupostos básicos, porém a ênfase não incide apenas sobre o desenvolvimento cognitivo, mas sobretudo sobre o desenvolvimento sócio-emocional, acentuando a questão da irreversibilidade. É interessante perceber que, enquanto no primeiro texto algumas referências a autores que marcaram a teoria da privação cultural estão entremeadas às demais, no segundo essa vertente perde espaço, com Oscar Lewis e Jerome Bruner sendo excluídos da bibliografia.

Maria Clotilde Rossetti-Ferreira propõe um modelo de interação sintônico, recíproco e sincrônico entre a criança e a mãe ou outras pessoas estáveis em seu ambiente, que constitui a essência da relação de apego. Para ela, é a partir desse modelo que a criança aprende que suas ações têm algum efeito sobre o ambiente, podendo perceber seus reflexos nos outros e ajustar seu comportamento com base nessa percepção. O baixo nível sócio-econômico que freqüentemente "pressiona" a mulher para trabalhar fora do lar, usualmente sem contar com substitutos adequados, "reduz a disponibilidade e possibilidade da mãe e dos que cuidam da criança de sintonizar e interagir em sincronia com ela" (CP29, 1979, p.42).

É por essa via que a creche entra em cena, como uma necessidade não desejada que é preciso ser aperfeiçoada, através de um modelo de intervenção interativo, chamado de "substituto materno".

Na introdução de seu livro *A creche em busca de identidade*, uma das autoras deste texto, que também participou da equipe de Rossetti-Ferreira, assim expli-

2 Em artigo publicado dois anos antes, havia sido proposta uma metodologia para o estudo da marginalização cultural, com indicadores construídos e testados em uma amostra de adolescentes matriculados na 5ª série de um ginásio estadual de São Paulo. Neste trabalho, as hipóteses que fundamentam a pesquisa posterior com pré-escolares encontram-se bem mais explicitadas e a bibliografia é maior e mais completa. Veja-se Poppovic et al., CP 7, 1973.

cita esta concepção: "Nossa proposta era criar um ambiente em creches que promovesse a aprendizagem e o desenvolvimento adequados, compensando as perdas decorrentes da separação materna, através da adoção de um modelo materno substitutivo baseado no paradigma de que o desenvolvimento da criança se dá, basicamente, através da interação entre a criança e um adulto, com quem ela estabelece uma relação individualizada privilegiada" (Haddad, 1991, p.13).

São evidentes as intersecções entre os conceitos de privação materna e privação cultural, embora não seja fácil identificar quando e de que forma os diversos autores exerceram influência uns sobre os outros ou seus campos de atuação se cruzaram. Mas ambos definem-se em oposição a duas situações consideradas como ideais, a convivência intensa entre a mãe e a criança pequena e o ambiente pleno de estímulos de uma família padrão, ocidental, de classe média. Da mesma forma que a pré-escola é justificada como o espaço em que seria possível compensar esse déficit ambiental, a creche só pode ser considerada como uma instituição não nociva ao desenvolvimento infantil na medida em que promova interações entre a criança e um adulto substituto que compense a ausência da mãe.

Entretanto, a outra porta de entrada da creche na produção divulgada pela revista nega, ainda que não diretamente, em um primeiro momento, a posição que a considera como mal necessário, como diria o título de um artigo publicado anos depois (Vieira, CP67, 1988). Com efeito, a preocupação com a condição da mulher, que também marcou os *Cadernos* a partir de 1975, reflexo do trabalho de um novo grupo de pesquisas que se formava (veja-se, por exemplo, Graciano, CP25, 1978), trouxe à instituição novas demandas da sociedade, que suscitaram o primeiro levantamento realizado sobre creche no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Este trabalho, apresentado como depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Mulher, no Congresso Nacional, em 1977, por uma das autoras deste texto, não foi publicado, mas aparece como fonte de dados em matéria do final da década, a primeira que trata conjuntamente dos dois tipos de atendimento: creche e pré-escola (Campos, CP28, 1979).

Nesse texto, já se encontram presentes algumas das críticas à concepção de privação cultural e educação compensatória que seriam, posteriormente, tão bem desenvolvidas por Sonia Kramer em artigo preparado para o número especial sobre "Educação e Marginalidade na América Latina" (CP42, 1982).

Observa-se, no artigo de 1979, um movimento que vai caracterizar a etapa seguinte da produção sobre o tema: a definição de uma posição político-ideológica, fundamentada em informações históricas desveladoras de concepções arcaicas e preconceituosas e sustentada por uma ampla compreensão das questões relativas à condição feminina, especialmente da situação das mulheres trabalhadoras e mães de crianças pequenas. Também está presente uma preocupa-

ção que marcará a equipe de pesquisa da instituição ao longo da próxima década: a impossibilidade de análise da cobertura do atendimento à criança de 0 a 6 anos pela indefinição dos conceitos creche e pré-escola nas estatísticas oficiais e sobreposição de responsabilidades entre diversos órgãos no atendimento a essa faixa etária (Campos, CP28, 1979).

Os dois aspectos, o primeiro representado pelo impacto do envolvimento de grupos de pesquisa em movimentos sociais, durante o período de transição democrática, e o segundo, referente às posições críticas que se articulam sobre as teorias da privação cultural e da privação materna, que também são propagadas nesse contexto de politização dos temas educacionais e sociais, marcam a passagem da década e a fase seguinte da produção divulgada nos *Cadernos*.

É preciso notar, porém, que a preocupação social já se encontra associada aos primeiros trabalhos comentados. O tema da marginalidade, presente na produção sociológica latino-americana nos anos 70, associa-se, nos trabalhos de Ana Maria Poppovic e equipe, às concepções divulgadas pela psicologia e pela antropologia norte-americanas, que por sua vez refletem os debates que acompanham os movimentos pelos direitos civis nesse país. É significativo o fato de que o número 14 da revista, onde são divulgados os resultados da pesquisa sobre marginalidade cultural realizada com pré-escolares de São Paulo e suas famílias, já mencionada, inclui um artigo da antropóloga Ruth Cardoso sobre a concepção de sub-cultura e um texto sobre estilos de socialização que se apóia em bibliografia predominantemente sociológica (Campos, CP14, 1975).

O número especial sobre "Desnutrição, Pobreza e Desenvolvimento Mental" também explicita essas ligações: um exemplo é o trabalho assinado pelo Grupo de Nutrição da Creche Fé e Alegria, intitulado "Nosso cérebro também tem fome", onde a questão da desnutrição aparece como denúncia da pobreza, e onde não se encontra uma linha sequer sobre o tema específico da creche (CP29, 1979).

Entretanto, como se verá, a influência do contexto político vai assumir contornos diferentes no período seguinte, ultrapassando a fase da denúncia e incorporando às propostas de mudança concepções mais abrangentes sobre o papel do Estado e da sociedade civil.

## IMPACTOS DO ENGAJAMENTO

É possível identificar, na virada da década, o impacto de duas áreas diferentes e contraditórias sobre a produção que se dedica à educação infantil.

De um lado, a divulgação das teorias da reprodução, no campo educacional, havia suscitado uma reação que recuperava para a escola básica um papel importante na democratização da sociedade. O balanço realizado por Dermeval Saviani para o número so-

bre "Educação e Marginalidade na América Latina" é ilustrativo: nele o autor propõe uma teoria crítica da educação que supere o "poder ilusório" que as chamadas teorias "não críticas" conferem à escola, e a impotência que decorre das teorias crítico-reprodutivistas. Diz ele: "Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes" (Saviani, CP42, 1982, p.16-7).

Significativamente, é como *post-scriptum* que aparece a crítica à "teoria da educação compensatória" (aspas do autor), que ele desqualifica enquanto teoria, rebatizando-a de "compensação educacional". A pré-escola, segundo Saviani, ao lado de outros programas de compensação, serviria para novamente "contornar o problema em lugar de atacá-lo de frente" (CP42, 1982, p.18).

Esse raciocínio seria retomado, de forma crescente, pelos defensores da prioridade ao ensino básico. Assim, esse tipo de engajamento, que acabou predominando entre os intelectuais da educação, teve como efeito o arrefecimento do entusiasmo pela intervenção precoce, despindo as propostas de educação infantil de qualquer objetivo educacional válido e só reconhecendo nelas, quando muito, algum mérito assistencial de combate à pobreza<sup>3</sup>.

Muitos dos textos sobre políticas voltadas para a população infantil, divulgados nos anos 80, mantêm uma sofrida interlocução com essa posição. Por outro lado, a análise crítica sobre a teoria da privação cultural acaba por reforçar a tendência que se opõe à expansão da pré-escola. Vários artigos tentam repor essa discussão, de forma a não jogar fora a criança junto com a proposta pedagógica, sendo que um dos mais lúcidos é o escrito por Ana Maria Poppovic, publicado após sua trágica morte (CP50, 1984).

A outra vertente que influi na temática nesse período é aquela que incide mais especificamente sobre a questão da creche, com origens nos movimentos sociais e nas posições feministas. Essa tendência, que redefine a educação da criança pequena em creches e pré-escolas enquanto direito, é evidentemente contraditória em relação à primeira e vai fornecer ao desenvolvimento do tema não só um novo espaço, povoado de outros protagonistas, mas também novas metodologias e abordagens teóricas, que já trazem consigo os caminhos sugeridos pela revisão do marxismo ortodoxo.

A presença dos movimentos sociais, ainda pouco visível na produção acadêmica sobre educação, chega forte nos trabalhos que discutem a creche. O suplemento dos *Cadernos*, publicado em 1982, intitulado *Creche*, exemplifica bem esse impacto. As teorias psicológicas se afastam e quem surge são as "mulheres de periferia" que atuam nas creches comunitárias e

nos movimentos de reivindicação por melhorias urbanas, são as pajens e seu dia a dia junto a crianças de fraldas e suas mamadeiras, são os militantes sindicais e técnicos governamentais preocupados com o problema.

Como não poderia deixar de ser, o teor dos trabalhos que começam a ser publicados sofre uma mudança significativa, refletindo as demandas sociais e políticas que incidem sobre os pesquisadores da área. Diagnósticos institucionais, levantamentos de dados estatísticos, avaliações de programas, análises de legislações, relatos de experiências tomam o lugar das pesquisas experimentais e da investigação básica. É a partir desse novo conjunto de informações que as teorias serão revistas, as posições reavaliadas e as concepções anteriores criticadas.

Esse movimento, é claro, não é sempre consistente e uniforme. Encontram espaço na revista textos que ainda se apegam a teorias e metodologias já descartadas por outros: o trabalho de Euza Bonamigo sobre "Lares vicinais em Porto Alegre" e o texto de Carolina Lampreia são exemplos de trabalhos que se intercalam com outros portadores de uma visão mais abrangente da educação da criança pequena (CP51, 1984; CP57, 1986).

Os trabalhos que surgem nesse período contêm críticas que não se dirigem apenas à teoria da privação cultural, mas sobretudo às propostas de programas de emergência que proliferam nos anos de crise econômica com um significado de luta contra a pobreza. Tais programas, ao tentar maximizar a cobertura do atendimento a custos reduzidos, utilizam-se do trabalho voluntário não-qualificado de agentes da comunidade, comprometendo seus componentes educativos (veja-se a pesquisa citada de Bonamigo e o artigo de Maria Aparecida Ciavatta Franco, "Lidando pobremente com a pobreza", CP51, 1984).

As críticas formuladas a esses programas denunciam, de um lado, a exploração do trabalho da mulher, sua posição não profissional e as consequências da abusiva generalização da experiência materna, e, de outro, a prática de atuação indireta, por parte do Estado, na questão da educação da criança pequena, prática que será intensivamente questionada pelos movimentos sociais que surgem a partir de meados da década de 70.

Dois textos de Fúlvia Rosemberg explicitam esses argumentos, realizando uma crítica ideológica às concepções veiculadas no período. O primeiro, também publicado no número 51, vincula claramente a adesão ao modelo de creche que se propõe a substituir uma relação mãe-filho idealizada, ao fato de que sejam disseminados programas de caráter emergencial voltados para essa faixa etária: "a proposta de creche, até época bastante recente não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo ti-

3 Um dos primeiros autores a examinar criticamente as concepções de marginalidade cultural e educação compensatória, Luiz Antônio Cunha, não rejeita de forma tão apressada estas propostas, sugerindo que elas sejam depuradas "de certos resíduos ideológicos" (Cunha, 1977, p.208).

da como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora" (CP51, 1984, p.74). A segunda parte do artigo realiza um breve histórico do Movimento de Luta por Creches em São Paulo e do papel desempenhado pelos grupos feministas na mobilização.

Dois anos depois é publicado o outro artigo, sobre creches domiciliares, também na seção "Temas em debate", quando são criticados, um a um, os argumentos que procuram justificar a proposta desses programas. Tal como outro texto já comentado (Campos, CP28, 1979), este foi originalmente preparado para um seminário realizado na Secretaria de Assistência Social do Ministério de Previdência e Assistência Social, o que indica o tipo de demanda que chegava às pesquisadoras do tema, nesta fase, marcando a produção divulgada pelos *Cadernos*.

A revista abre, nesse período, um espaço precioso para os chamados "relatos de experiência", acolhendo matérias que refletem uma significativa abertura metodológica<sup>4</sup>. São os estudos de caso, as pesquisas-ação, as reflexões *a posteriori* sobre experiências vividas, que comparecem, trazendo consigo a realidade precária das creches e "prezinhos" e algumas tentativas isoladas de conferir um conteúdo educativo mais consistente a sua ação. Aí se incluem um encontro de pajens do estado de São Paulo (Lima et al., CP49, 1984), a experiência de Vila Helena (Mello e Freire, CP56, 1986), as creches municipais da região do Butantã, Vila Alba e Vila Praia (Haddad e Mello, CP60, 1987), e a "Casinha da Vovó", creche comunitária nos arredores de Belo Horizonte (Vieira, CP62, 1987).

Os relatos de experiência refletem uma proximidade com a realidade social em estudo que as pesquisas anteriores haviam deixado de lado. Sua relevância está tanto em expor a complexidade institucional que deve ser analisada nas suas múltiplas faces — daí a importância da pesquisa-ação —, quanto em introduzir a necessidade de um conhecimento da especificidade da faixa etária por uma ótica não exclusivamente desenvolvimentista.

Outras experiências são analisadas, agora por observadores externos, em pesquisas que procuram avaliar a qualidade do trabalho desenvolvido por diferentes modalidades de atendimento à criança pequena. Podem aí ser incluídos os estudos de Bonamico e Franco, já citados (CP51, 1984), o levantamento realizado pelo Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo sobre creches e berçários de empresas (Gagnani et al., CP67, 1986) e a pesquisa de Zilma de Oliveira e Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, sobre creches no município de São Paulo (CP56, 1986).

Esta última é apresentada no contexto de uma recuperação histórica do atendimento na cidade, onde sobressai o papel desempenhado pela Secretaria do Bem-Estar Social, órgão responsável pelas creches. As autoras demonstram, nesse trabalho, uma mudança significativa no enfoque adotado, procurando mobilizar uma série de informações demográficas e so-

ciais para caracterizar seu objeto. São apresentados dados coletados em três creches, que correspondem aos três tipos existentes na rede municipal: creches diretas (construídas e geridas pela prefeitura), indiretas (construídas pela prefeitura e geridas por entidades por ela subsidiadas) e conveniadas (construídas por entidades e mantidas através de subsídios da prefeitura). Os resultados, que apontam condições diferenciadas na educação e cuidado das crianças matriculadas nas três creches, levam as autoras a esboçar uma revisão de seus pressupostos na parte final, o que será retomado mais rigorosamente em artigo posterior de Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (CP67, 1988).

Neste trabalho, a autora analisa criticamente toda a trajetória do grupo de pesquisa sob sua coordenação e com isso repensa o modelo materno substitutivo que propunha às creches, e o próprio paradigma de desenvolvimento da criança que fundamentava o projeto de pesquisa e intervenção da equipe (Rossetti-Ferreira, CP67, 1988).

As duas características presentes no artigo de 1986 também marcam outros trabalhos que são divulgados no período: a análise das políticas públicas que incidem sobre a faixa etária de 0 a 6 anos e o uso de dados históricos sobre esse atendimento no país.

Avaliar o impacto das políticas sociais, fazer a crítica das concepções que as norteiam, propor mudanças desejáveis na direção julgada mais adequada, são tarefas que se impõem a várias pesquisadoras da área, direta ou indiretamente relacionadas aos órgãos oficiais que atuam no campo.

Artigo de Solange Jobim e Souza exemplifica bem essa preocupação. Nele, o uso de dados estatísticos de cobertura, relativos à pré-escola, acompanha a argumentação que contrapõe, às orientações predominantes nas políticas oficiais, uma proposta de democratização do acesso a esse atendimento. Outros trabalhos de pesquisadoras do Rio de Janeiro revelam o mesmo compromisso, que imprime um tom até certo ponto militante aos textos: Zaia Brandão, Sonia Kramer, Miriam Abramovay e Regina de Assis estão também presentes nos *Cadernos*, reforçando a defesa do caráter educativo da pré-escola.

No caso da equipe da Fundação Carlos Chagas, essa defesa inclui sempre a creche, que é tratada em pé de igualdade com a pré-escola. Tal posição é explicitada por uma das pesquisadoras do grupo, em mesa-redonda realizada na I CBE — Conferência Brasileira de Educação, em 1980. Sua comunicação era introduzida com uma defesa dessa abordagem: "Em primeiro lugar é preciso explicar por que a discussão sobre a creche e a pré-escola deve ser feita de forma conjunta" (Campos et al., CP39, 1981, p.35). Mais uma vez são colocados os problemas da faixa etária coincidente, do paralelismo de ações governamentais

4 Esta abertura vinha sendo defendida como uma das saídas para os impasses constatados nas pesquisas sobre escolas, conforme proposta de Francesco Tonucci, traduzida pelos *Cadernos* (CP 41, 1982). Essa tendência, que inclui trabalhos de grupos de pesquisa de outros países, é também comentada em artigo publicado dois anos depois (Campos, CP 49, 1984).



nesta área e da necessidade de uma política integrada de educação da criança pequena.

A cuidadosa análise de dados secundários desenvolvida por Fúlvia Rosemberg detalha e explicita a situação caótica do atendimento em creches e pré-escolas, no país, revelando que a expansão da cobertura não foi acompanhada por um esforço de integração das políticas públicas nessa área, nem por uma maior preocupação com a qualidade dos serviços prestados (CP71, 1989). Essa análise se completa por artigo posterior, que verifica, nas estatísticas, as diferenças de atendimento para os diversos segmentos raciais da população (CP77, 1991).

A segunda característica, que marca principalmente o final do período analisado, é a ênfase nos estudos históricos, que trazem mais elementos para a crítica das concepções vigentes sobre a educação infantil.

Fragmentos dessa história já haviam sido incorporados em outras matérias divulgadas pela revista, como parte do esforço de elaborar uma leitura mais crítica da realidade atual. A tradução do trabalho, já clássico, de Chamboredon e Prevot, originalmente publicado em 1973, revela a preocupação em divulgar um tipo de análise do atendimento à criança pequena que interpreta as expectativas diversas que cada classe social constrói sobre a instituição escolar a partir da evolução das concepções sobre a infância e das funções sociais que sua escolarização desempenha ao longo do tempo (CP59, 1986).

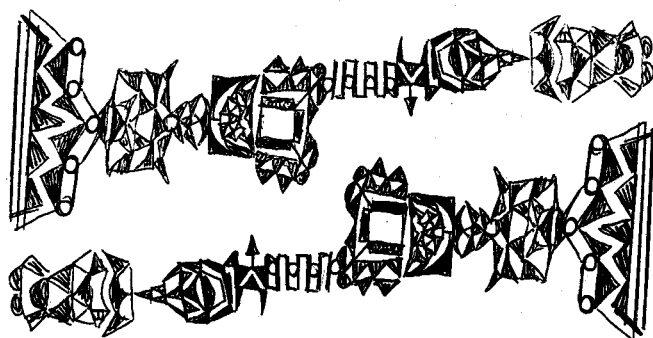
Mas é somente a partir do final da década que são divulgados trabalhos de pesquisa histórica mais sistematizados, realizados no Brasil. Esses estudos são extremamente importantes, porque identificam as raízes sociais e culturais de muitas das noções que impregnam até hoje os programas voltados para essa faixa etária, desvendando sua gênese e evolução através de vários períodos e procurando mapear as múltiplas influências das concepções científicas e políticas predominantes em cada época sobre as propostas de políticas públicas e privadas que se sucederam no país.

Assim, Lívia Fraga Vieira recupera a história do Departamento Nacional da Criança, de 1940 a 1970, e seu papel na conformação da política de assistência à maternidade e à infância. Sua leitura dos dados é marcada por uma visão crítica à idéia de que a creche seria um "mal necessário", somente justificável enquanto uma forma de combate à mortalidade infantil e de compensação para a negligência ou incompetência materna (CP67, 1988).

Tizuko Kishimoto, em artigo do mesmo ano, recompõe a história do atendimento pré-escolar em São Paulo, sugerindo que as formas de atuação foram delineando dois sistemas paralelos, cada um deles dirigido a clientela socialmente distintas: os jardins de infância, que se constituíram principalmente com vistas a educar crianças de camadas médias e altas da população, a partir de 1875, e as creches e escolas maternas, de cunho assistencial, abertas a segmentos das camadas trabalhadoras (CP64, 1988).

Essa interpretação será em parte questionada por Moysés Kuhlmann Junior que, a partir de minuciosa pesquisa sobre a Primeira República, argumenta que a concepção assistencialista constituía o núcleo da proposta educacional construída pelas elites para as crianças das classes populares, dentro de um projeto mais amplo de controle social (CP78, 1991).

O trabalho de Maria Vittoria Pardo Civiletti (CP76, 1991) explora dados referentes a período anterior à República, durante a vigência da escravidão, mostrando como o abolicionismo foi acompanhado de um movimento que visava reeducar as mães, condenando o uso das amas de leite e a entrega dos filhos das escravas à "Roda dos Expostos". No combate à mortalidade infantil propunha-se, entre outras medidas, a criação de creches ou "salas de asilo" para os filhos das mulheres "honestas" que trabalhavam fora de casa, dado também registrado por Kuhlmann Junior.



#### PERGUNTAS, IMPASSES, DESAFIOS

As trajetórias assinaladas mostram uma caminhada operosa, que soube se inspirar nos desafios colocados pela conjuntura vivida e buscar em fontes diversificadas os dados necessários para fundamentar análises e propostas.

Entretanto, não há como negar a sensação de que algo se perdeu nesse trajeto. Não teria aquela preocupação inicial com o desenvolvimento infantil, que prometia projetos educativos cientificamente elaborados, sido esquecida ao longo dos anos? No afã de combater propostas assistencialistas, ancoradas em concepções preconceituosas a respeito das crianças e famílias das camadas populares, na luta pela defesa de seus direitos de cidadania, não teria sido perdido aquele propósito inicial de enfrentar a questão mais específica da qualidade da educação disponível para as crianças pequenas?

Constata-se claramente que, na produção analisada, o conhecimento de práticas modernas de cuidado e educação da criança pequena ficou em segundo plano, sendo pouco debatidas e aprofundadas questões relacionadas à qualidade do atendimento, aos currículos adotados explícita ou implicitamente, ao tipo de formação dos educadores e técnicos, à organização interna dos serviços existentes, ou seja, questões que incidem diretamente sobre a natureza das experiências vividas pelas crianças nas creches e pré-escolas.

Por outro lado, o esforço de compreender criticamente os contextos históricos e políticos, que forjavam



as políticas sociais para a infância, permitiu a construção de um consenso a respeito de posições básicas, fundamentais para uma revisita aos teóricos do desenvolvimento infantil.

David Elkind (1985) elabora uma reflexão interessante sobre os mútuos impactos que existem entre as formulações teóricas a respeito dos processos de desenvolvimento infantil e os resultados de pesquisas sobre situações reais vividas nas escolas.

Ele argumenta que os benefícios de uma relação recíproca entre educação da primeira infância e pesquisa de desenvolvimento da criança não são unilaterais. Existe uma multiplicidade de problemas interessantes, conceitualmente frutíferos e perfeitamente pesquisáveis, que emergem na sala de aula.

No entanto, por várias razões, pesquisas em desenvolvimento infantil, seus métodos, conceitos e teorias têm sido desenvolvidas independentemente da prática educacional. Esta, por sua vez, tem crescido quase que inteiramente pela tradição oral, com os mais experientes transmitindo a seus estudantes suas descobertas sobre crianças pequenas e como melhor educá-las.

Para Elkind, o trabalho de Piaget alterou a distância entre educação e desenvolvimento porque falou a ambos: praticantes e pesquisadores. Da mesma forma que Montessori, Piaget aproximou as áreas de desenvolvimento infantil e educação da primeira infância. Entretanto, para o autor, essa proximidade não foi to-

talmente retomada nem por pesquisadores, nem por educadores.

Os primeiros trabalhos, publicados nos *Cadernos*, que podem ser identificados com a abordagem preconizada por Elkind são a pesquisa de Nadel e Baudonnière, traduzida já em 1981 e a revisão da literatura sobre interação criança-criança publicada por Carvalho e Beraldo em 1989 (CP39, 1981 e CP71, 1989). Eles revelam um novo olhar sobre a criança e a creche, despido de idéias preconcebidas, que procura analisar o desenvolvimento infantil no contexto em que ele ocorre. A creche aparece, então, não só como um local privilegiado de estudos, mas também como um ambiente coletivo privilegiado para a socialização da criança.

A perspectiva de análise de Elkind é também bastante sugestiva para permitir entender melhor muitas das reações observadas na produção aqui relida: os relatos de experiência, a recuperação da história, a análise das políticas públicas, foram todos movimentos que procuraram trazer para o campo da pesquisa acadêmica a realidade vivida e todos seus desafios.

Essa abordagem permite, assim, repensar a distinção clássica entre pesquisa pura e aplicada, repondo o problema metodológico em outro patamar de discussão. Talvez seja essa a via agora aberta, que permitiria recuperar a dimensão pedagógica da questão, sem perder a consciência crítica adquirida através do engajamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (Encontram-se agrupadas em duas listas: a primeira, dos artigos dos CP específicos sobre o tema; a segunda, com as demais referências citadas.)
- ASSIS, Regina A. É preciso pensar em educação escolarizada para crianças de 4 a 6 anos?. CP 59, p.66-72, nov.1986.
  - BALDIJÃO, Carlos E.M. A desnutrição e o processo de acumulação de capital. CP 29, p.49-53, jun.1979.
  - BERNSTEIN, Basil. Classes e pedagogia: visível e invisível. CP 49, p.26-42, maio 1984.
  - BONAMIGO, Euza M.R. Enriquecimento verbal em crianças marginalizadas. CP 24, p. 25-39, mar. 1978.
  - \_\_\_\_\_. Lares vicinais em Porto Alegre: avaliação de um programa para crianças de 0 a 6 anos de idade. CP 51, p.33-45, nov.1984.
  - BRANDÃO, Zaia et al. O pré-escolar e as classes desfavorecidas. CP 39, p.43-5, nov.1981.
  - CAMPOS, Cláudia A., BEZERRA, Ma. de Lourdes L. A hora da história. CP 65, p.78-85, maio 1988.
  - CAMPOS, Maria M.M. Assistência ao pré-escolar: uma abordagem crítica. CP 28, p.53-9, mar.1979.
  - \_\_\_\_\_. A Constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos. CP 65, p.57-65, maio 1986.
  - \_\_\_\_\_. As organizações não governamentais e a educação pré-escolar. CP 67, p.17-22, nov.1988.
  - \_\_\_\_\_. Participantes ou marginais: estilos de socialização em famílias de São Paulo e Brasília. CP 14, p.75-86, set.1975.
  - \_\_\_\_\_. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo. CP 53, p.21-4, maio 1985.
  - CAMPOS, Maria M.M. et al. A creche e a pré-escola. CP 39, p.35-42, nov.1981.
  - CAMPOS, Maria M.M., ESPOSITO, Yara L. Relação entre sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais das mães. CP 15, p.37-46, dez.1975.
  - CARVALHO, Ana M.A., BERALDO, Katharina E.A. Interação criança-criança: ressurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. CP 71, p.55-61, nov.1989.
  - CHAMBOREDON, Jean-Claude, PRÉVOT, Jean. O "ofício de criança": definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. CP 59, p.32-56, nov.1986.
  - CIVILETTI, Ma.Vittoria P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. CP 76, p.31-40, fev.1991.
  - CORRÊA, Jane, MOURA, Ma.Lucia S. Uso de "provas piagetianas" como instrumento diagnóstico: questionando uma prática consensual. CP 79, p.31-43, nov.1991.
  - COSTA, Marisa C.L. Creche: solução ou problema?. CP 50, p.58-60, ago.1984.
  - CRECHE. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.[Suplemento do CP 43, nov.1982]
  - DANTAS, Jovelina B. Efeitos da estimulação escolar na realização de crianças em vários estados nutricionais. CP 29, p.97-109, jun.1979.
  - DEMO, Pedro. Participação comunitária e constituição: avanços e ambigüidades. CP 71, p.72-81, nov.1989.
  - ESPOSITO, Yara L. Desnutrição e cognição. CP 14, p.87-95, set. 1975.
  - FERREIRO, Emilia. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. CP 52, p.7-17, fev.1985.

- FILP, Johanna et al. Efeito da educação pré-escolar formal sobre o rendimento escolar de crianças no final do primeiro ano básico: um estudo de acompanhamento no Chile. *CP* 49, p.15-25, maio 1984.
- FRAGA, Ma.Lúcia T. Do cotidiano à construção do pensamento lógico-matemático. *CP* 72, p.70-6, fev.1990.
- FRANCO, Ma.Aparecida C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade. *CP* 51, p.13-32, nov.1984.
- GOMES, Jerusa V. Do campo à cidade: as transformações nas práticas educativas familiares. *CP* 64, p.48-56, fev.1988.
- GRACIANO, Marília. Aquisição de papéis sexuais na infância. *CP* 25, p.29-44, jun.1978.
- GRAGNANI, Adriana M.C. et al. Creches e berçários em empresas privadas paulistas. *CP* 57, p.39-54, maio 1986.
- GRUPO DE NUTRIÇÃO E COMPORTAMENTO DA CRECHE FÉ E ALEGRIA. Nosso cérebro também tem fome. *CP* 29, p.31-6, jun.1979.
- GUIRADO, Marlene et al. Influência do método Montessori na aquisição da noção de seriação. *CP* 26, p.81-6, set.1978.
- HADDAD, Lenira. A relação creche-família: relato de uma experiência. *CP* 60, p.70-8, fev.1987.
- HERON, Alastair. Cuidado e educação do pré-escolar nos países em desenvolvimento. *CP* 38, p.50-86, ago.1981.
- KISHIMOTO, Tizuko M. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. *CP* 64, p.57-60, fev.1988.
- KOFF, Elionora D., BONAMIGO, Euza M.R. Desenvolvimento da capacidade de identificação perceptiva em pré-escolares. *CP* 34, p.21-7, ago.1980.
- KRAMER, Sonia. O papel social da pré-escola. *CP* 58, p. 77-81, ago.1985.
- \_\_\_\_\_. Privação cultural e educação compensatória: uma análise crítica. *CP* 42, p.54-62, ago.1982.
- KRAMER, Sonia, ABRAMOVAY, Miriam. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. *CP* 52, p.103-7, fev.1985.
- KUHLMANN Jr., Moisés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). *CP* 78, p.17-26, ago.1991.
- LAMPREIA, Carolina. A intervenção precoce: seus pressupostos e algumas questões. *CP* 57, p.55-60, maio 1986.
- LEWIN, Zaida G. Desenvolvimento e aprendizagem. *CP* 24, p.5-14, mar.1978.
- LIMA, Elvira S. et al. Trabalhando com pajens. *CP* 49, p.71-86, maio 1984.
- MACEDO, Elvidina N. Nutrição, nível sócio-econômico e desenvolvimento cognitivo de pré-escolares em Aracaju. *CP* 29, p.87-96, jun.1979.
- MACEDO, Lino. Para uma aplicação pedagógica da obra de Piaget: algumas considerações. *CP* 61, p.68-71, maio 1987.
- MELLO, Ana M. Tempo de mudança na creche da Vila Praia. *CP* 60, p.79-84, fev.1987.
- MELLO, Ma. Cecília P.F. Segregação sócio-espacial na cidade de São Paulo e marginalização da criança e do jovem. *CP* 78, p.5-15, ago.1991.
- MELLO, Sylvania L., FREIRE, Madalena. Relatos de (con)vivência: crianças e mulheres da Vila Helena nas famílias e na escola. *CP* 56, p.82-105, fev.1986.
- MONTEIRO, Carlos A. Os determinantes da desnutrição infantil no Vale do Ribeira. *CP* 29, p.57-75, jun.1979.
- MORO, Ma. Lúcia F. Crianças com crianças, aprendendo: interação social e construção cognitiva. *CP* 79, p.26-30, nov.1991.
- NADEL, Jacqueline, BAUDONNIÈRE, Pierre-Marie. Imitação, modo preponderante de intercâmbio entre pares durante o terceiro ano de vida. *CP* 39, p.26-31, nov.1991. (Tradução.)
- NOVELINO, Aída M. Maternidade: um perfil idealizado. *CP* 65, p.21-9, maio 1988.
- OLIVEIRA, Zilma M.R., ROSSETTI-FERREIRA, Ma. Clotilde. Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo. *CP* 56, p.39-65, fev.1986.
- PATTO, Ma. Helena S. A criança marginalizada para os piagetianos brasileiros: deficientes ou não?. *CP* 51, p.3-11, nov.1984.
- POPPOVIC, Ana Maria. Alfabetização: um problema interdisciplinar. *CP* 2, p.1-43, nov.1971.
- \_\_\_\_\_. Em defesa da pré-escola. *CP* 50, p.53-7, ago.1984.
- \_\_\_\_\_. A escola, a criança culturalmente marginalizada e a comunidade. *CP* 30, p.51-6, set.1980.
- \_\_\_\_\_. Estudo da evolução de alguns conceitos espaciais em pré-escolares. *CP* 10, p.25-8, ago.1974.
- POPPOVIC, Ana Maria et al. Marginalização cultural: subsídios para um currículo pré-escolar. *CP* 14, p.7-73, set.1975.
- POZNER, Pilar. El impacto del pre-escolar en los niños de sectores populares. *CP* 42, p.63-78, ago.1982.
- ROCHA, Mariaugusta R. Programa de geração de renda com mulheres da periferia de Salvador. *CP* 65, p.86-8, maio 1988.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Creches domiciliares: argumentos ou falácias. *CP* 56, p.73-81, fev.1986.
- \_\_\_\_\_. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *CP* 51, p.73-9, nov.1984.
- \_\_\_\_\_. Raça e educação inicial. *CP* 77, p.25-34, maio 1991.
- \_\_\_\_\_. 0 a 6: desencontro de estatísticas e atendimento. *CP* 71, p.36-48, nov.1989.
- ROSSETTI-FERREIRA, Ma. Clotilde. O apego e as reações da criança à separação da mãe: uma revisão bibliográfica. *CP* 48, p.3-19, fev.1984.
- \_\_\_\_\_. Interação entre fatores biológicos, sócio-econômicos e culturais no desenvolvimento mental e desempenho escolar da criança desnutrida. *CP* 29, p.37-48, jun.1979.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa na Universidade e a educação da criança pequena. *CP* 67, p.59-63, nov.1988.
- SAVIANI, Dermeval. As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina. *CP* 42, p.8-18, ago.1982.
- SOUZA, Solange J. Pré-escola: em busca de suas funções. *CP* 48, p.74-6, fev.1984.
- \_\_\_\_\_. Tendências e fatos na política da educação pré-escolar no Brasil. *CP* 51, p.47-53, nov.1984.
- VALENTE, Antonio. A escrita espelhada como manifestação do pensamento pré-operatório. *CP* 51, p.80-3, nov.1984.
- VIEIRA, Lívia M.F. A creche comunitária "Casinha da Vovó": prática de manutenção/prática de educação. *CP* 62, p.60-78, ago.1987.
- \_\_\_\_\_. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970). *CP* 67, p.3-16, nov.1988.
- WEISZ, Telma. Repensando a prática de alfabetização. *CP* 52, p.115-9, fev.1985.
- ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil para crianças que aprendem a ler. *CP* 52, p.79-83, fev.1985.

#### Outras fontes:

- CAMPOS, Maria M. M. Pesquisa participante: possibilidades para o estudo da escola. *CP* 49, p. 63-6, maio 1984.
- CUNHA, Luiz A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- ELKIND, David. Child development and early childhood education: where do we stand today? In: BROWN, Janet F. *Curriculum planning for young children*. Washington: NAEYC, 1982.
- HADDAD, Lenira. *A creche em busca de identidade*. São Paulo: Loyola, 1991.
- PATTO, Maria Helena S. *Privação cultural e educação pré-primária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- TONUCCI, Francesco. A pesquisa na escola: notas para debate. *CP* 41, p.64-9, maio 1982.